

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A POSTURA DOS ALUNOS EM SALA DE AULA: PONTOS DE VISTA SOBRE A INDISCIPLINA

Alessandro Dozena ¹

RESUMO

Neste artigo desenvolvemos uma breve análise sobre a postura dos alunos em sala de aula, muitas vezes caracterizada como indisciplinada pelos professores. Atentamos para a necessidade de se buscar o entendimento desta problemática, a fim de que os professores possam ter melhores condições para organizar suas aulas. Para tanto, levantamos alguns pontos de vista provenientes de situações ocorridas em nossa prática docente, acreditando no potencial deste tema no que se refere à mobilização dos professores em direção a uma atuação profissional mais significativa².

Palavras – Chave: Disciplina, Ensino, Aula, Reflexão, Atitude

A BRIEF ANALYSIS ABOUT STUDENT'S ATTITUDE IN THE CLASSROOM: POINT OF VIEW ABOUT INDISCIPLINE

ABSTRACT

This paper presents a reflection about students' attitude in the classroom, many times characterized as undisciplined by teachers. We looked at the teachers' need to understand this problem, so they are better off when preparing their lessons. For so this reason, we raised some ideas that have appeared in our experience as teacher, believing that this topic can mobilize teachers towards a more significant professional performance.

Keywords: Discipline, Teach, Classroom, Reflection, Attitude

INTRODUÇÃO

O ato de lecionar requer muitas habilidades, dentre elas, a de se conseguir “controlar” os alunos em sala de aula. A questão da indisciplinada é um dos temas relevantes que atualmente mobilizam professores, pais e alunos das escolas públicas e privadas, em diferentes locais e contextos. Além de atual, está muito presente nas conversas que

¹ Professor da Universidade Paulista - UNIP, Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP Rio Claro. Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP. Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Cidade Universitária 05508-900 São Paulo - SP. Email: sandozena@usp.com.br

² Gostaria de agradecer o filósofo André pelos comentários feitos a partir do texto inicial, e ao geógrafo Eliseu pela interlocução e idéias que fomentaram este artigo.

acontecem nas salas dos professores, onde é comum surgirem indagações: Será que minhas aulas não são estimulantes ou os alunos é que estão desinteressados? Como devo proceder? Será que devo convocar os pais? Será que devo me utilizar de outros recursos didáticos? Onde é que devo melhorar em meus procedimentos didáticos para conseguir "cativar" os alunos? O que estaria errado? A lousa? O ritmo de minha aula? Meu comportamento em sala? Estas são apenas algumas das questões ditas com frequência por professores que lamentam a dificuldade em se trabalhar minimamente com a ordem necessária à aprendizagem.

Tendo em vista o objetivo central deste artigo, desenvolver uma breve argumentação a respeito da postura dos alunos em sala de aula, muitas vezes caracterizada como indisciplinada pelos professores, buscaremos uma breve reflexão sobre o assunto, motivados pela experiência de ter aprendido com os "atos de indisciplina" ocorridos em nossa prática docente, e pela crença de que este tema pode mobilizar os professores em direção a uma atuação profissional mais significativa. Saliemos que não temos a intenção nem a condição de abarcar plenamente o assunto, em decorrência de sua complexidade e profundidade teórica.

Em primeiro lugar, cabe sintetizar os posicionamentos assumidos para compor o mosaico teórico-prático que sustenta a proposição aqui defendida. Partimos do entendimento de que ser indisciplinado é insurgir contra a disciplina, atentando-se para o fato de que existem várias definições para o termo disciplina: o regime de ordem imposta ou livremente consentida, a ordem conveniente e necessária ao funcionamento regular de uma organização, as relações de subordinação do aluno para com o mestre ou instrutor, a observância dos preceitos ou normas, o conjunto dos conhecimentos que se professam em cada uma das matérias nos estabelecimentos de ensino, a submissão a um regulamento, e a autoridade ou obediência.

Segundo Aquino (1998), o aluno-problema é visto, em geral, como aquele que padece de supostos distúrbios psico-pedagógicos, que podem ser de natureza cognitiva (os tais "distúrbios de aprendizagem") ou comportamental. Nesta última categoria, enquadram-se um conjunto de ações usualmente consideradas como "indisciplinadas". Tal entendimento leva a que se tome a indisciplina e o baixo aproveitamento escolar como duas faces de uma mesma situação, que além de contribuírem para o fracasso escolar, impõe obstáculos ao trabalho docente.

É interessante observar que, do ponto de vista do aluno indisciplinado, os motivos alegados costumam ser bem diferentes. Com bastante frequência, estes alunos dirigem suas críticas ao sistema escolar, ao autoritarismo presente nas relações escolares,

à qualidade das aulas, à maneira com que os horários e os espaços estão organizados, ao pouco tempo de recreio, à quantidade de matérias incompreensíveis, pouco significativas e desinteressantes, à aspereza de determinado professor, à espontaneidade de outro, à falta de clareza de alguns, às aulas monótonas de outros, à obrigação de permanecerem horas sentados, à escassez de materiais e propostas desafiadoras e à ausência de regras claras (REGO, 1995).

Por outro lado, a maioria deles aceita que as conversas paralelas atrapalham. Neste ponto, é interessante notar que muitos professores desejam que os próprios alunos as evitem e as “regulem” durante suas aulas; este fato não costuma ocorrer, pois eles necessitam e esperam que limites lhes sejam impostos. Com certa frequência, os professores projetam um “aluno modelo”, interessado e consciente da postura adequada a ser adotada por quem deseja se preparar para a vida. Enfim, é muito comum nos depararmos com professores decepcionados que vão “tocando” a sua aula mesmo com as conversas paralelas, esperando que os próprios alunos se conscientizem acerca de seus limites.

As situações em que a indisciplina sobressai exigem do professor uma postura que evidencie sua autoridade em sala de aula. Nesses casos, os professores precisam agir antes mesmo de serem afetados pessoalmente, pois quando não agem ou agem tardiamente, atuam como adultos irritados e não mais como professores.

Antes de focar a questão da importância do estabelecimento de limites, é necessário desenvolver algumas observações preliminares sobre problema em foco, limitando-as a seus aspectos relevantes.

OS ALUNOS E OS PROFESSORES PODEM SE ENTENDER?

O que seria de uma orquestra se cada músico tocasse o que quisesse? Se não houvesse disciplina? (VASCONCELLOS, 1994, p. 24).

Alunos e professores podem se entender, de modo a se harmonizarem tal como uma orquestra? Em que situação podem se entender? Qual aluno? Qual professor? Qual matéria? Em qual escola? Em qual momento histórico? Em qual contexto cultural?

Essas questões e tantas outras costumam invadir continuamente a prática de todo professor, sendo que as respostas para cada uma delas surgem na própria experiência cotidiana de cada um. Vale lembrar que quando um professor se posiciona nesse debate,

adere necessariamente a certas posturas práticas em sala de aula. Em grande parte dos casos, pode-se avaliar que para muitos professores a aprendizagem e o ensino somente acontecem na existência de silêncio e imobilidade (SILVA, 2003). O silêncio que tem que ser obtido a todo custo mediante um “adestramento” imposto pelo professor, que tem nas mãos o poder do controle disciplinar através de ameaças corriqueiras, a exemplo da reprovação ou da exclusão da sala de aula.

Os atos de se levantar da carteira, de querer falar com o (a) colega, de ler a resposta em voz alta ou de fazer perguntas, podem ser encarados como desorganização ou indisciplina em sala de aula. Além disso, muitos professores tendem a ignorar o fato de que as atividades dos alunos envolvem processos físico - mentais que também podem acontecer no movimento corpóreo. Por conseguinte, interpretar todos os movimentos e conversas como sendo atos indisciplinados pode ser um equívoco.

Um tópico de maior relevância nesta discussão é a questão da autonomia dos alunos. Esta deve sempre vir acompanhada da reflexão e do confronto de idéias, confronto que pode até mesmo revelar caminhos novos para a melhoria das condições de vida na escola, que deve se configurar como um local de formação de alunos construtores e transformadores das regras escolares.

Neste ponto da argumentação, não é possível fugir do debate relativo às transformações ocorridas no cotidiano escolar. Tal debate deve relevar a necessidade da promoção de profundas alterações no processo de formação educacional em voga, definindo-se critérios precisos a respeito do que consiste ou não um ato indisciplinar, de modo que os professores possam contribuir para que os alunos realizem uma reflexão crítica acerca da realidade em que vivem tornando-se pessoas propositivas e capazes de cooperar com a resolução dos problemas existentes na escola.

Os mesmos argumentos são válidos no que diz respeito à exigência de um professor preparado para entender e trabalhar com as influências distintas pelas quais sofrem os alunos. Comumente, consideram-se principalmente aquelas provenientes dos meios de comunicação de massa geridos pela indústria cultural. A aceitação desta determinação implica na adesão à tese de que verdadeiramente ocorre uma influência no comportamento impaciente dos alunos em sala de aula. Entretanto, tal redução a este mecanismo de causalidade não nos permite entender plenamente a problemática colocada.

Diante de todas estas alterações na dinâmica social e educacional brasileira, muitos professores sentem “saudades dos tempos de outrora”, quando supostamente os alunos eram mais respeitosos e interessados. Cabe aqui destacar o questionamento deste olhar do passado feito por Arroyo (1995), que define este posicionamento como um

“saudosismo romântico”, que costuma vir acompanhado do medo relacionado ao futuro do cenário educacional:

Como educar para o futuro, para a realidade sócio-política, com esse olhar constantemente voltado para um passado mitificado? Se dependesse dessa concepção pedagógica, se eternizaria o passado. Não o passado real, mas o passado idealizado (ARROYO, 1995, p.64).

Da mesma forma, Aquino (1998) apresenta algumas hipóteses que buscam desconstruir as explicações mais comuns sobre as supostas causas da indisciplina escolar. Com referência à comparação que se faz entre a escola antiga e a atual, que teria se tornado muito permissiva, o autor considera que em um contexto anterior, o respeito do aluno era inspirado por um padrão militar decorrente de uma submissão e obediência a um "superior" na hierarquia escolar. Atualmente, o respeito ao professor não mais pode advir do medo da punição, mas sim da autoridade inerente ao papel do profissional docente. Esta transformação histórica radical do lugar social das práticas escolares faz com que o professor de hoje não mais seja o único encarregado em “distribuir e fazer cumprir ordens disciplinares, mas um profissional cujas tarefas nem sequer se aproximam dessa função disciplinadora, apassivadora, silenciadora, de antes” (AQUINO, 1998, p. 38).

É interessante observar que, desde Santo Agostinho – portanto antes do advento dos “meios de comunicação de massa” – já se observavam relatos da insatisfação com os alunos “bagunceiros” e dispersivos. Quanto à questão dos meios de comunicação, vale registrar que nos últimos anos muitos professores têm tido a preocupação em se atualizarem diante das inovações tecnológicas. Mas, será que o velho e divertido Voltaire não seria considerado um professor adorável nos dias de hoje? E o sério e formal Sócrates?

Como resposta a tais questões vale registrar que os alunos devem aprender a sorver prazerosamente o conteúdo de uma boa aula ou palestra expositiva, ainda que o uso de músicas, imagens e recursos multimídia possam torná-la mais interessantes. Não há dúvida de que a agregação do uso das novas tecnologias no ensino pode proporcionar a efetivação de aulas mais criativas e melhor recebidas pelos alunos. Contudo, cabe notar que isto não é uma regra, pois, quantos de nós já assistimos a aulas e palestras montadas com toda a parafernália possível, mas monótonas, pouco criativas e maçantes. Neste sentido, no processo de aquisição de conhecimentos, o uso de equipamentos não deve ser um fim em si mesmo, mas o meio para se alcançar os objetivos propostos. Vale lembrar que existem aulas com “data-show” tão maravilhosas quanto aquelas ministradas apenas com lousa e

giz, visto que tudo depende do contexto e da forma com que o professor se relaciona com os seus alunos e o conteúdo que está ensinando.

Outra reclamação comum dos professores é a dificuldade em se trabalhar com os alunos desrespeitosos, canalizando a culpa principalmente nos meios de comunicação, na crise dos valores sociais, familiares e religiosos e na ausência de infra-estrutura adequada para o trabalho. Outro discurso comumente empregado pelos professores é o de que quando o aluno consegue se concentrar numa aula ou palestra é porque conquistou competência para o saber ouvir. Neste ponto, é curioso observar que muitos professores, ainda que sejam rigorosos com seus alunos, não conseguem se concentrar numa palestra ou reunião pedagógica no qual participam, esquecendo-se do que pregam pertinentemente ao mérito no saber calar e ouvir.

O silêncio é falante quando parte de uma conversa. Até mesmo o professor deve aprender a cultivar o silêncio nos momentos em que ele necessita se calar. Como um aluno pode aprender o valor do silêncio se o próprio professor não o compreende bem? Cabe também aos professores aprenderem a ouvir os alunos, pois assim, os alunos aprenderão a ouvi-los. Igualmente, cabe determinar o melhor momento para o silêncio e para a fala, pois, quando o silêncio contribui para que todos aprendam, ele é bem-vindo, mas quando se torna um obstáculo à conquista coletiva do conhecimento, deve ser evitado.

A participação em aula deve sempre ser muito estimulada e estimulante. No entanto, quando o aluno expõe suas idéias de forma “cochichada”, não as tornando coletivas, contribui para que as aulas se tornem barulhentas, dificultando a aprendizagem e a elaboração do raciocínio por todos. A fala do aluno que “cochicha” é perdida na impossibilidade de se conhecer suas idéias (lembrem-se dos personagens do desenho da MTV, Beavis e Butt-Head, que o tempo todo resmungam a respeito do que vêem ou escutam). Com frequência, alguns alunos temem passar pelo ridículo diante de seus colegas de classe, e por isso costumam não se pronunciar em voz alta.

Deve-se reconhecer que o ato de falar em público significa expor pensamentos e emoções, revelando um dos motivos pelo qual nem todos se sujeitam a este desafio. Assim sendo, os que falam devem ser cada vez mais estimulados a participarem e os que não falam devem ser incentivados à prática da cooperação, da tolerância e da paciência em ouvir. Quanto mais se valoriza esta atitude, mais ela tende a se multiplicar.

Quanto a alguns procedimentos docentes, é comum o professor já descrente com a turma barulhenta, decidir dar a aula para um grupo específico de alunos interessados (geralmente os que se sentam à frente da sala de aula). Como conseqüência, os demais alunos da turma acabam se dispersando.

Em muitas situações da prática docente, os alunos deveriam obedecer ao professor por uma simples questão de hierarquia. Isso pode ser bem ilustrado na seguinte situação: um professor entra na sala e começa sua aula, diz aos alunos que as conversas que acontecem paralelas são um problema da classe. Na seqüência, os alunos mais quietos começam a chamar a atenção dos “conversadores” e como não houve nenhum combinado para estabelecer o conjunto dos critérios e acordos que possibilitariam o bom andamento da aula, os alunos começam a brigar entre si. Alguns professores costumam dar prosseguimento às suas aulas por acreditarem que o que fazem é proveitoso àqueles que prestam atenção as suas falas. Nesse quadro, vale destacar que o professor deveria adotar o importante procedimento de direcionar e auxiliar os alunos no estabelecimento dos acordos didáticos que potencializam o aprendizado de todo o coletivo. Em razão deste objetivo, os limites aparecem como sendo extremamente necessários:

Alunos precisam sim aderir a regras (que implicam valores e formas de conduta) e estas somente podem vir de seus pais ou professores. Os “limites” implicados por estas regras não devem ser apenas interpretados no seu sentido negativo: o que não pode ser feito ou ultrapassado. Devem também ser entendidos no seu sentido positivo: o limite situa, dá consciência da posição ocupada dentro de algum espaço social – a família, a escola e a sociedade como um todo (LA TAILLE, 1994, p. 24).

Essa visão estima que os limites devam ser pautados por todo o “corpo social”. Assim sendo, todos têm o dever e o direito de cuidar da disciplina na escola, mediante acordos capazes de regular as relações sociais. Como expresso pela citação, os encaminhamentos podem ser propostos naquilo que todos concordam, valorizando-se os aspectos positivos do estabelecimento de regras.

A questão básica que aqui se apresenta é a possibilidade de que as ameaças sejam substituídas pelo cumprimento dos combinados, daquilo que os alunos e os professores elegeram como atitudes importantes à organização e ao bom aprendizado. Cabe assinalar que, quando a ordem é estabelecida por um acordo determinado pelo objetivo da instituição (amplamente e socialmente divulgado), bem como dos seus alunos, este acordo pode ser re-elaborado sempre que alguém questionar seu sentido. Obviamente, os acordos didáticos não são eternos e não devem ter poder dogmático ou hierárquico, mas sim serem entendidos, aceitos, apreendidos e cumpridos por todos.

Complexando este quadro, é interessante notar que existem alunos que questionam (depois de concordar no coletivo) o fato de não poderem conversar, ler revistas durante as aulas, escutar música ou sair e voltar da sala quando bem querem. Ao serem

questionados, costumam afirmar que só aceitaram as normas porque acreditavam que eram obrigados a aceitá-las e que não se interessariam muito pelas conseqüências que a satisfação dos seus desejos individuais traria ao grupo. Em meio a tal hedonismo, o professor pode se utilizar de dois mecanismos, a fim de obter a disciplina em sala de aula:

1) a repressão, aparentemente mais fácil, pois o poder atribuído ao professor costuma ter um respaldo hierárquico. Assim sendo, a qualquer instante a inspetoria de alunos pode ser “acionada” para impor a ordem.

2) a autonomia, que é um mecanismo mais complexo por envolver uma postura responsável dos alunos, que passam a decidir por si próprios a responsabilidade por suas atitudes, sempre conduzidos pelo professor.

Esta última opção envolve compreensão e adesão coletiva, pois cabe ao aluno decidir e se responsabilizar por seus atos. Tal adesão, por exemplo, poderia favorecer a imediata compreensão dos novos estudantes que chegam à escola todos os anos. Neste sentido, é interessante notar que nos casos em que os alunos têm a oportunidade de avaliar uma norma, questioná-la e modificá-la, acumulam uma prática vivencial muito importante no processo de construção de uma nova “cultura escolar”. Deste modo, aprendem a respeitar as diferenças a partir da construção de um saber comum que tem a vantagem de lhes garantir maior autonomia.

Observa-se, portanto, que ainda que repressão pareça ser a mais fácil de todas as ações a serem tomadas, é de longe a mais difícil. Para o verdadeiro educador, nenhum prazer há em agir dessa forma. Notadamente, gera-se desconforto e dor, sempre ruim para ambas as partes. Em oposição à repressão, está o diálogo e o agir com amor (que não significa dizer sim para tudo). Tais procedimentos são muito bem conhecidos pelas mães e pais, bem como as conseqüências da ausência de limites.

Aqui cabe assinalar um paradoxo interessante presente na prática docente: Que respeito hierárquico supõe ter um professor que, por razões individuais, nega-se a firmar acordos coletivos com sua classe? Quando desprovido de objetivos e princípios, este professor perde o respaldo que possui, passando a ser alvo de críticas pelos pais e demais colegas professores. Obviamente, todo professor que usa da repressão hierárquica para controlar a disciplina é logo questionado, da mesma forma daquele que reproduz comentários preconceituosos e ridiculariza as distintas opções sexuais, políticas ou religiosas.

Como visto, quanto mais estiverem claros os acordos e quanto mais estes forem respeitados coletivamente, mais qualificado estará o trabalho docente e menos casos de indisciplina ocorrerão. Feito isto, até mesmo os inspetores passarão a ser menos acionados,

ainda que possa haver a requisição destes toda vez que surgir a necessidade de ajudar um aluno a compreender melhor o contexto em que está inserido.

Cabe considerar que isto é educação, um processo no qual alunos, professores e funcionários aprendem a se regular na elaboração e prática dos acordos diários. Vale lembrar que cada indivíduo tem seu tempo e maturidade. Deve-se considerar, também, que nem todos cumprem os combinados, nem todos conhecem suas responsabilidades e nem todos têm ciência dos seus atos danosos à dinâmica coletiva. Mesmo cada um de nós, em nossa prática cotidiana, muitas vezes precisamos de alguém de fora para avaliar o que estamos fazendo, um amigo que demonstre nossos limites.

O mais importante é não se deixar cair nas armadilhas da insegurança, da repressão hierárquica e da ordem que se estabelece sem o fundamento racional dos acordos e dos desejos de melhor relacionamento possível. No quadro descrito, as experiências vividas no contexto escolar podem contribuir para a reflexão de nossos próprios atos, conduzindo-nos a um patamar mais lapidado da percepção humana. Resta comentar que, o adotar destas posturas sugeridas exige coragem, entendimento, ousadia, diálogo e muita paciência.

A UTOPIA NECESSÁRIA AOS PROFESSORES

“Ninguém educa ninguém.
Ninguém se educa sozinho.
Os homens se educam em comunhão,
mediados pela realidade” (Paulo Freire).

Vê-se que são numerosas as situações de divergências de idéias em sala de aula, o que muito contribui para estimular os professores no sentido do debate desta problemática. Estas divergências devem ser bem trabalhadas pelo professor, na busca de uma forma conjunta de conhecimento. Quando se adota a convicção em nossas falas, demonstramos aos alunos a crença naquilo que estamos dizendo, ensinando ética e cidadania por nossa postura. Nos argumentos já trabalhados, aparecem modos reacionários ou progressivos de se conduzir uma aula, cabendo a cada professor escolher a opção no qual acredita ser a melhor. É no contexto deste debate que convém acreditar que se o meio no qual estamos inseridos não satisfaz nossos ideais, devemos romper com as situações que não trazem esperanças, propondo alternativas de mudanças.

No processo de constituição e reprodução das relações escolares, há professores que se dizem democráticos, embora possam ser avaliados como autoritários

pelos alunos. E o inverso também acontece, pois não basta se auto-proclamar democrático ou autoritário, deixando em segundo plano esta visão crítica externa. Tem-se, portanto, a necessidade de se reinventar o humano e a ética da rebeldia e da não acomodação, uma rebeldia que conteste e traga resultados, e não seja confundida com a perversão dos atos. Uma rebeldia que conteste o que não traz ganhos à vida e à sociedade como um todo.

Quanto a este ponto, é interessante assinalar que ser humano é buscar em conjunto um futuro melhor. Assim sendo, a idéia de paz tem que ser reconstruída, uma idéia abalizada, sobretudo no diálogo. Partindo do princípio freiriano de que “aprendemos e somos ensinados constantemente”, podemos estimar melhor a verdadeira importância do diálogo como princípio do ato de ensinar. Em meio a tais comportamentos revigorantes, a sala dos professores se converteria num laboratório de experiências a serem compartilhadas.

Finalizando, vale lembrar que nenhum professor nasce pronto, mas vai se adaptando à realidade em que se encontra, vai se conhecendo melhor na relação que tem com as classes. O ato de colocar alunos para fora com frequência revela que algo está errado na condução das aulas. Por outro lado, deixar de fazê-lo quando uma situação excepcional pede, também evidencia a falta de limites.

Em síntese, quando se discutem os limites com as classes, argumentando que eles existem para o bem comum, o quadro de indisciplina focalizado torna-se menos complexo e problemático. Quando o educador experiente e preparado para lidar com estas situações, combina os limites que ele e as classes devem observar e os observa após tê-los acordado, os limites deixam de ser imposição para se tornarem combinados. Mesmo nos casos de desacerto, o educador laborioso avalia sua prática no sentido de adequá-la à nova situação. Neste sentido, concordamos que a indisciplina do aluno “pode ser compreendida como uma espécie de termômetro da própria relação do professor com seu campo de trabalho, seu papel e suas funções” (AQUINO, 1998, p. 201).

Como resposta à rotina escolar estafante, fazer algum “gracejo” durante as aulas, com o objetivo de obter uma descontração momentânea pode ser saudável e relaxante. Lembrando que nem sempre os alunos sabem discernir a hora de participar da brincadeira e a hora de pará-la. Tal discernimento deve ser dado pelo professor, ao retomar o clima de concentração antes de recomeçar suas explicações.

Enfim, a educação deve promover a autonomia, não ficando somente centrada na figura do professor. Repensar a estrutura e a dinâmica das aulas é um desafio que se coloca à promoção da autonomia. Assim sendo, o professor deve sempre partilhar com seus alunos o papel ativo destes na conquista do conhecimento, e deve refletir sobre sua prática

docente. Resta citar os três pilares fundamentais para tudo o que foi dito neste texto: família presente no cotidiano do aluno, escola com uma proposta pedagógica que privilegie uma formação humana de qualidade e todos os funcionários da escola, não somente o professor, seguindo as normas anteriormente estabelecidas em torno da questão da disciplina.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M.G. Educação e exclusão da cidadania. In: **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** BUFFA, E (Org.). São Paulo: Cortez, 2000, p. 31- 80.
- AQUINO, J.G. A indisciplina e a escola atual. **Revista da Faculdade de Educação - USP**. São Paulo, V. 24, n.2, 181-204,1998.
- LA TAILLE, Y. Autoridade e limite. **Jornal da Escola da Vila**, São Paulo, 1994, p. 24-28.
- REGO, T.C.R. A indisciplina e o processo educativo: Uma análise na perspectiva vygotskiana. In: **Erro e fracasso na escola** AQUINO, J.G. (Org.). São Paulo: Summus, 1997. p. 45-61.
- SILVA, R.C. O desenvolvimento da autonomia em sala de aula: Uma experiência com professores e alunos. In: **Anais da 23ª Reunião Anual da SBPC**. Belo Horizonte, 2003. p.35.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. **Cadernos Pedagógicos do Libertad**, São Paulo, v 4, 1994. p. 20-108.